

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	17
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	19
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	32
2.10 Planos de negócios	33
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	36
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	46
5.3 Programa de integridade	51
5.4 Alterações significativas	58
5.5 Outras informações relevantes	59

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 – Comentários dos Diretores

As informações financeiras incluídas nos itens 2.1 a 2.11 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvadas, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”). Os valores e percentuais apresentados refletem ajustes de arredondamento e, assim, os totais apresentados podem não corresponder à soma aritmética dos números que os precedem.

Certas tabelas do item 2 deste Formulário de Referência contêm os termos “AH” e “AV”, que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa: (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.rodobens.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (www.gov.br/cvm/pt-br).

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Visão geral

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos seguintes aspectos:

Disponibilidade de caixa. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encerrou com caixa de R\$378,1 milhões, em comparação a R\$248,0 milhões em 31 de dezembro de 2021. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, pelo caixa líquido gerado nas atividades operacionais no montante de R\$345,5 milhões, devido lucro líquido de R\$501,2 milhões e menor necessidade de investimento em capital de giro no Varejo Automotivo com a recomposição dos estoques de veículos ocorrido em 2021. O caixa gerado nas atividades operacionais foi parcialmente consumido pelo, (i) caixa líquido das atividades de investimentos no montante de R\$50,9 milhões, principalmente com adição de ativos intangíveis de R\$32,9 milhões e aquisições de bens do ativo imobilizado de R\$30,0 milhões, e (ii) caixa líquido pelas atividades de financiamentos no montante de R\$164,5 milhões, principalmente pelos dividendos, lucros e juros sobre o capital próprio, pagos de R\$86,3 milhões e pagamentos de empréstimos e financiamento, líquidos de R\$35,1 milhões.

Indicadores Financeiros

O EBITDA representa a capacidade da Companhia de gerar resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
EBITDA ¹	675,1	731,1
Margem EBITDA (%) ²	10,8	13,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

¹ O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022. Para a reconciliação com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência

² A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida. EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores da performance operacional da Companhia. O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Para a reconciliação com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA da Companhia foi de R\$675,1 milhões, comparado a R\$731,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Desse modo, o índice reduziu 7,7% na comparação entre os períodos. A margem EBITDA foi de 10,8% no exercício social encerrado em 2022, representando uma redução de 2,8 pontos percentuais quando comparado com o exercício social encerrado no ano anterior. Os resultados do EBITDA e da margem EBITDA foram influenciados, principalmente, em decorrência do aumento dos custos de *funding* devido ao crescimento da originação de crédito junto a escalada da curva de juros no país, somado à redução gradual de margens unitárias do varejo automotivo e ao aumento de despesas com marketing e eventos, sendo parte deles viagens de anos anteriores de parceiros e clientes represados em razão da pandemia da Covid-19.

Outro índice que demonstra a saúde financeira da Companhia é a Margem de Contribuição. A Companhia acredita que essa é uma medida importante para sinalizar a viabilidade financeira de seu negócio. A análise da Margem de Contribuição revela que a Companhia tem conseguido gerar resultado operacional suficiente para ser lucrativa no final do período.

Valores expressos em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Margem de Contribuição¹	1.190,2	1.184,0

¹ Os valores mencionados de Margem de Contribuição não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do lucro líquido e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para maiores detalhes da definição deste índice e a reconciliação com as demonstrações financeiras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Margem de Contribuição da Companhia foi de R\$1.190,2 milhões, comparado a R\$1.184,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O Segmento do Varejo Automotivo contribuiu para o crescimento nominal deste indicador, decorrente, em parte, ao aumento da Margem de Contribuição unitária média dos veículos novos vendidos, em função do descompasso entre oferta e demanda que a Companhia teve durante boa parte de 2022, somada as políticas comerciais e aos modelos de incentivos da força de vendas que premiam Margem de Contribuição unitária e não apenas volume de veículos vendidos. Vale também ressaltar que novas iniciativas no pós-venda do Segmento de Varejo Automotivo, como o aprimoramento das práticas de gestão da Companhia, levaram ao aumento da ocupação de oficinas da Companhia e precificação dinâmica de peças e serviços.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Destaca-se também o aumento do volume de negócios gerados pelo Consórcio, demonstrado pelo indicador Receitas de Consórcios Contratadas. Esse indicador mede o quanto a Companhia tem a receber em termos de taxa de administração pelas cotas de Consórcios já vendidas aos clientes. A Companhia, por meio das Administradoras de Consórcio do Grupo, possui receitas futuras provenientes de taxa de administração de grupos de consórcio já contratadas e que, na data das demonstrações financeiras, não tiveram as obrigações de performance satisfeitas.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Valores expressos em milhões de Reais	2022	2021
Receitas de Consórcio Contratadas¹	2.284,3	1.973,4

¹ A Companhia não garante o reconhecimento da totalidade destas receitas pois é necessário que as cotas de consórcio permaneçam ativas e tenham as obrigações de performance satisfeitas até o encerramento dos grupos. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para descrição completo do indicador.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as Receitas de Consórcio Contratadas totalizavam R\$2.284,3 milhões, comparado a R\$1.973,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de 15,8% entre os períodos decorreu da forte origemação de negócios em 2022, evidenciando a sustentabilidade do modelo de negócios da Companhia, com forte capacidade de geração de resultados futuros.

Já os índices de endividamento (Dívida Bruta e Dívida Líquida) objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros. Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de empréstimos e financiamentos, mútuo financeiro e instrumentos financeiros derivativos. Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Valores expressos em milhões de Reais	2022	2021
Dívida Bruta	295,5	307,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	378,1	248,0
(-) Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários	405,2	400,9
Dívida Líquida (Caixa Líquido)¹	(486,7)	(341,4)

¹ Os valores de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para reconciliação destes índices com as Demonstrações Financeiras.

O saldo da Dívida em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$296,2 milhões, apresentando uma redução de 3,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já a Dívida Líquida tem o seu saldo negativo em 31 de dezembro de 2022 se dá em razão do caixa e equivalentes de caixa,

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aplicações e títulos de valores mobiliários serem maiores que o endividamento bruto com terceiros, o que indica a boa capacidade de pagamento da dívida da Companhia.

Os indicadores ROE Ajustado e ROIC Ajustado são utilizados pela Companhia em suas análises financeiras. Enquanto o primeiro demonstra em percentuais o lucro líquido da Companhia sobre o patrimônio líquido, o segundo demonstra, em termos percentuais, o lucro operacional sobre o capital investido. O ROE Ajustado evidencia a capacidade da Companhia de agregar valor aos acionistas utilizando recursos próprios e o ROIC Ajustado evidencia a capacidade da Companhia de agregar valor aos acionistas e demais investidores utilizando capital próprio e capital de terceiros.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de

Valores expressos em milhões de Reais	2022	2021
ROE Ajustado¹ (%)	25,7	26,5
ROIC Ajustado¹ (%)	21,1	22,4

¹ Os valores mencionados de ROIC Ajustado e ROE Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para reconciliação destes índices com as Demonstrações Financeiras.

No exercício social encerrado em dezembro de 2022, o ROE Ajustado foi de 25,7%, representando uma redução de 0,8 pontos percentuais quando comparado com o exercício social encerrado em dezembro de 2021. Neste período, a Companhia observou o crescimento do Lucro Líquido, que atingiu R\$501,2 milhões no período, um aumento de 6,4%, quando comparado com o exercício social no ano anterior. Em paralelo, o ROIC Ajustado foi de 21,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tais indicadores foram influenciados, principalmente, pelo aumento de 9,8% do patrimônio líquido ajustado médio do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, com isso o crescimento de patrimônio líquido ajustado médio foi 3,4 pontos percentuais acima do lucro líquido em decorrência do menor pagamento de dividendos, lucros e juros sobre o capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$930,6 milhões. Ainda, no mesmo período, a estrutura de capital da Companhia era composta por 13,3% de capital próprio (patrimônio líquido) e 86,7% de capital de terceiros (passivo total), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 31 de dezembro de	
	2022	
	(Valores expressos em milhões de Reais)	AV %
Patrimônio Líquido	930,6	13,3
Passivo Total	6.072,2	86,7
Total	7.002,8	100,0

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os diretores da Companhia acompanham constantemente a relação entre capital próprio e capital de terceiros, visando a manutenção de uma ótima relação que propicie maior retorno ao capital investido pelos acionistas da Companhia e sem depreciação de sua liquidez, buscando, assim, a sustentabilidade de seu negócio no longo prazo.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio da descrição dos indicadores financeiros EBITDA, Margem de Contribuição, Receitas de Consórcios Contratadas, Dívida Bruta, Dívida Líquida, ROIC Ajustado e ROE Ajustado apresentada no item “2.1.a” acima.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem utilizado geração de caixa próprio, captação no mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários de renda fixa, e, principalmente, empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo Bradesco, Itaú, Santander, Banco ABC Brasil e Banco Bocom BBM.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$345,5 milhões, enquanto suas atividades de financiamento foram responsáveis por um consumo de caixa líquido de R\$164,5 milhões no período.

Os diretores da Companhia acreditam que as fontes de financiamento de capital de giro e de investimentos em ativos não circulantes são adequadas ao contexto atual da Companhia e pretendem continuar utilizando estas fontes de financiamento conforme a necessidade da Companhia.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 2.1.f.(i) abaixo.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são empréstimos contratados junto a instituições financeiras de primeira linha para financiar suas necessidades de capital, como por exemplo Bradesco, Itaú, Santander, Banco ABC Brasil e Banco Bocom BBM.

Os diretores da Companhia acreditam que, com base em seus atuais planos operacionais e de investimento, o saldo e sua geração de caixa, somados à possibilidade de captação de recursos de terceiros, quando necessária, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos e pretendem continuar utilizando estas fontes de financiamento conforme a necessidade da Companhia.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo dos empréstimos e financiamentos da Companhia era de R\$295,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos, mútuo financeiro e instrumentos financeiros derivativos registrados no ativo e passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa e equivalente de caixa, e

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários, totalizando um caixa líquido de R\$487,7 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Os diretores da Companhia acreditam que os níveis de endividamento são adequados ao contexto atual da Companhia e pretendem manter o caixa líquido positivo, avaliando oportunidades de reduzir o endividamento de acordo com o fluxo de caixa operacional e de investimentos da Companhia.

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda	Taxa de Juros	Ano de Vencimento	Em 31 de dezembro de
		% a.a.		<u>2022</u>
Crédito imobiliário	R\$	-	-	-
Empréstimo capital de giro - pós	R\$	CDI + 1,32% à 3,20%	2023	159.581
Empréstimo capital de giro - pós	R\$	-	-	-
Empréstimo capital de giro - pré	R\$	-	-	-
Empréstimo capital de giro - em moeda estrangeira	US	-	-	-
Empréstimo capital de giro - em moeda estrangeira	EUR	Variação cambial + 1,45%	2023	500
Empréstimo capital de giro - em moeda estrangeira	EUR	Variação cambial + 1,45%	2024	28.151
Debêntures	R\$	CDI + 1,98%	2026	100.010
Finame - pré	R\$	15,01%	2027	4.591
Outro	R\$	-	-	-
Mútuo financeiro	R\$	100% CDI	2025	-
Instrumentos financeiros derivativos	R\$	134% CDI	2022	3.576
Valor justo sobre hedge accounting	R\$	-	2022	(992)
Dívida Bruta⁽¹⁾				295.531
Dívida Bruta ⁽¹⁾				295.531
Caixa e Equivalente de caixa				(378.081)
Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários				(405.156)
Dívida Líquida⁽²⁾				(487.706)

⁽¹⁾ A Dívida Bruta é uma medida não contábil calculada pela Companhia conforme prática do mercado a ser conciliada com as demonstrações financeiras da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos, mútuo financeiro e instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da Dívida Bruta com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Dívida Líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos, mútuo financeiro e instrumentos financeiros derivativos, descontada de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações. Para a reconciliação da com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, vide o item 2.5 deste Formulário de Referência.

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento

Vencimento

(Valores expressos em milhões de Reais)

2023	2024	2025	2026	em diante	Total
160.081	66.051	50.991	17.668	1.618	295.531

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 40 contratos de financiamento para capital de giro. Os contratos mais relevantes são como segue:

- Rodobens S.A - Banco Bradesco - 1ª emissão de debêntures simples – celebrado em 23 de dezembro de 2021, com um valor principal de R\$100,0 milhões, com taxa de juros de CDI + 1,98%, juros pagos semestralmente, com início de amortização de principal em 2024 sendo 33,33% no primeiro ano, 50% no segundo ano e 100% no último do contrato que possui vencimento em 23 de dezembro de 2026. O saldo em 31 dezembro de 2022 é de R\$100.010 milhões;
- Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. - Banco Bradesco – Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro – celebrado em 30 de junho de 2020, com um valor principal de R\$34,4 milhões, com taxa de juros de CDI + 1,82%, garantido por aval da Companhia, a ser pago em uma parcela final e com vencimento em 15 de junho de 2023. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$39,8 milhões; e
- Rodobens Veículos Comerciais Cirasa S.A. - Banco Itaú – Loan 4.131 – celebrado em 3 de março de 2022, com um valor principal de EUR 5.268.148,77, equivalente na data de celebração à R\$ 30,0 milhões, com taxa de juros de 1,45% a.a., garantido por cessão fiduciária de recebíveis de swap próprio, a ser pago em uma parcela final e com vencimento em 4 de março de 2023. A Companhia figura como devedora solidária deste contrato. O saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 29,5 milhões. Esta operação possui um hedge contratado (swap) com saldo de R\$ 3,6 milhões a receber em 31 de dezembro de 2022.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no item “i” acima.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os contratos de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis da Companhia são garantidos por meio de garantias fidejussórias prestadas pelos acionistas da Companhia, sem garantia real.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no art. 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há, nos contratos de financiamento da Companhia, cláusulas que a sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de índices financeiros mínimos ou máximos. Alguns contratos preveem como hipótese de vencimento antecipado eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão.

A Companhia cumpre rigorosamente todas as disposições previstas nos contratos financeiros celebrados.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites disponíveis para utilização.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas da demonstração financeira consolidada da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, elaborada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

A Companhia apresenta a seguir as explicações das principais variações ocorridas e as explicações sobre seu resultado, a partir das suas demonstrações financeiras:

DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro
de**

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2022		2021		Var. 2022 x 2021
	<i>(Valores expressos em milhões de Reais)</i>	AV (%)	<i>(Valores expressos em milhões de Reais)</i>	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas e prestação de serviços do varejo automotivo	5.026,4	80,4	4.342,6	80,9	15,7
Receita líquida de serviços financeiros	1.228,1	19,6	1.025,5	19,1	19,8
Total da receita líquida de vendas e prestação de serviços	6.254,5	100,0	5.368,1	100,0	16,5
Custo das vendas e serviços prestados do varejo automotivo	(4.266,4)	-68,2	(3.640,8)	-67,8	17,2
Custo de serviços financeiros	(448,1)	-7,2	(267,2)	-5,0	67,7
Total do custo das vendas e serviços prestados	(4.714,5)	-75,4	(3.908,0)	-72,8	20,6
Lucro bruto do varejo automotivo	760,0	12,2	701,9	13,1	8,3
Lucro bruto de serviços financeiros	780,0	12,5	758,2	14,1	2,9
Total do lucro bruto	1.540,0	24,6	1.460,1	27,2	5,5
Despesas administrativas	(586,7)	-9,4	(589,8)	-11,0	-0,5
Despesas com vendas	(354,3)	-5,7	(276,1)	-5,1	28,4
Resultado de participações em sociedades controladas e coligadas	15,0	0,2	15,0	0,3	-0,1
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16,6)	-0,3	30,7	0,6	-154,0
Lucro operacional antes do resultado financeiro	597,4	9,6	639,9	11,9	-6,6

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Despesas financeiras	(104,0)	-1,7	(142,7)	-2,7	-27,2
Receitas financeiras	135,6	2,2	147,2	2,7	-7,9
Resultado financeiro, líquido	31,6	0,5	4,4	0,1	614,3
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	628,9	10,1	644,3	12,0	-27,2
Imposto de renda e contribuição social correntes	(156,0)	-2,5	(158,0)	-2,9	-1,2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28,3	0,5	(15,1)	-0,3	-287,3
Lucro líquido do exercício	501,2	8,0	471,3	8,8	6,4

Receita de vendas e prestação de serviços do varejo automotivo

A receita líquida de vendas e prestação de serviços do varejo automotivo, conforme o quadro acima, totalizou R\$5.026,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$683,8 milhões, ou 15,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$4.342,6 milhões, em razão, principalmente, do aumento de R\$1,8 bilhão (+26,0%) em negócios gerados pelo crescimento de 17,0% no volume de veículos vendidos e crescimento de 1,9% na passagens de oficina que contribui para aumento na venda de peças, pneus e serviços de oficina, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Receita de serviços financeiros

A receita líquida de serviços financeiros, conforme o quadro acima, totalizou R\$1.228,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$202,7 milhões, ou 19,8%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$1.025,5 milhões, em razão, principalmente, do aumento de R\$997,3 (+13,0%) em negócios gerados, sendo, (i) aumento de R\$554,8 milhões em créditos de cotas de consórcios; (ii) aumento de R\$347,3 milhões em empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil; e (iii) aumento de R\$94,6 milhões em prêmio líquidos de seguros comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, e também o aumento da receita é resultado de carteiras de crédito desenvolvidas ao longo de anos.

Custo das vendas e serviços prestados do varejo automotivo

O custo das vendas e serviços prestados do varejo automotivo, conforme o quadro acima, totalizou R\$4.266,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$625,7 milhões, ou 17,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$3.640,8 milhões, em razão, principalmente, do aumento de R\$1,8 bilhão (+26,0%) em negócios gerados pelo crescimento de 17,0% no volume de veículos vendidos e crescimento de 1,9% nas passagens de oficina, que contribui para aumento na venda

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de peças, pneus e serviços de oficina, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Custo de serviços financeiros

O custo de serviços financeiros, conforme o quadro acima, totalizou R\$448,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$180,9 milhões, ou 67,7%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$267,2 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) aumento do custo de captação pelo aumento de R\$347,3 milhões (+19,9%) na originação de empréstimos, financiamentos e arrendamento; e (ii) aumento do custo de captação pela majoração da taxa básica de juros (Selic) em +4,5 p.p (+49,2%), comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Despesas com vendas

As despesas com vendas, conforme quadro acima, totalizaram R\$354,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$78,3 milhões, ou 28,4%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou R\$276,1 milhões, em razão, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento das comissões sobre vendas pelo aumento de 19,1% nos negócios gerados pela Companhia no ano de 2022; (ii) realização de viagens e eventos presenciais com os nossos parceiros em 2022, que originalmente deveriam ter sido realizados em anos anteriores, mas que estavam represados em razão da pandemia do Covid-19; e (iii) aumento das despesas com mídias digitais e aquisições de leads, decorrentes da estratégia de expansão dos nossos canais digitais de vendas, comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, conforme quadro acima, totalizaram com saldo negativo em R\$16,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$47,3 milhões, ou 154,0%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou com saldo positivo em R\$30,7 milhões, em razão, principalmente, pelo movimento extraordinário de venda de uma concessionária de veículos comerciais da Companhia, no segundo trimestre de 2021, localizada na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Despesas financeiras

As despesas financeiras, conforme quadro acima, totalizaram R\$104,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando uma redução de R\$38,8 milhões, ou 27,2%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizaram R\$142,7 milhões, em razão, principalmente, dos seguintes fatores: (i) a redução das variações monetárias passivas e dos instrumentos financeiros derivativos atrelados como proteção dos empréstimos de capital de giro em moeda estrangeira por motivo da redução do Euro (EUR), e (ii) o aumento do juros e encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures pela majoração da taxa básica de juros (Selic) em +4,5 p.p (+49,2%), comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme quadro acima, totalizaram R\$28,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de R\$43,4 milhões, ou 287,3%, quando comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando totalizou com saldo negativo de R\$15,1 milhões, em razão, principalmente, do

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

reconhecimento de créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal das operações de veículos comerciais da companhia, considerando a provável realização desses tributos.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Demonstrações de fluxo de caixa	31 de dezembro de		Variação 2022 x 2021
	2022	2021	
	(Valores expressos em milhões de Reais)	(Valores expressos em milhões de Reais)	AH (%)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	248,0	325,0	-23,7
Caixa líquido - atividades operacionais	345,5	452,9	-23,7
Caixa líquido - atividades de investimento	(50,9)	(16,9)	201,3
Caixa líquido - atividades de financiamento	(164,5)	(513,1)	-67,9
Caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício	378,1	248,0	52,4

O fluxo de caixa das atividades operacionais apresentou um fluxo gerado de R\$ 345,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 452,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$ 107,5 milhões deveu-se, principalmente, à redução de R\$ 1.179,1 milhões nas obrigações por empréstimos, repasses e depósitos e prazo. Essa redução foi parcialmente compensada pelo (i) aumento de R\$ 312,4 milhões nos recursos de aceites e emissão de títulos, (ii) aumento de R\$ 268,3 milhões em aplicações financeiras, interfinanceiras e derivativos, (iii) aumento de R\$ 200,1 milhões em operações de crédito, (iv) aumento de R\$ 193,7 milhões nas contas a receber e (v) aumento de R\$ 95,2 milhões em contas correntes – fabricantes.

O fluxo de caixa das atividades de investimento apresentou um fluxo consumido de R\$ 50,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 16,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento de R\$ 34 milhões deveu-se, principalmente, (i) ao aumento de R\$ 8,2 milhões em adições de ativos intangíveis, (ii) ao aumento de R\$ 5,8 milhões em aquisições de bens do ativo imobilizado, (iii) à redução de R\$ 23,0 milhões nos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e (iv) à redução de R\$ 12,7 milhões no valor recebido pela venda de imobilizado e intangível. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução de R\$ 15,9 milhões em aquisição de investimentos.

O fluxo de caixa das atividades de financiamento apresentou um fluxo gerado de R\$ 164,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, comparado a R\$ 513,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução de R\$ 348,6 milhões deveu-se, principalmente, à (i) redução de R\$ 414,6 milhões de dividendos, lucros e juros sobre o capital próprio pagos e (ii) redução de R\$ 96,0 milhões em pagamentos de empréstimos e financiamentos. Essa redução foi parcialmente compensada por (i) redução de R\$ 83,8 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

nas captações de empréstimos e financiamentos e (ii) redução de R\$ 32,3 milhões em pagamentos (recebimento) de derivativos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportaram que a receita da Companhia é composta pela receita de vendas de produtos e serviços do Segmento de Varejo Automotivo e pela receita de serviços do Segmento Financeiro (para uma descrição dos produtos/serviços, vide item 1.3 deste Formulário de Referência).

Dessa forma, é registrado como receita no Segmento de Varejo Automotivo: (i) a venda de veículos novos e usados; (ii) a comissão sobre o valor dos veículos novos vendidos diretamente das montadoras; (iii) a comercialização de peças e acessórios; (iv) a prestação de serviços de manutenção e outros serviços de pós-vendas; e (v) as bonificações recebidas das montadoras, em função do percentual de atingimento das metas de vendas.

No Segmento de Serviços Financeiros, é registrado como receita, principalmente: (i) a taxa de administração sobre as cotas de consórcio vendidas; (ii) as comissões oriundas da venda de seguros; (iii) os juros sobre as operações de crédito; (iv) a receita com a compra e venda de cotas canceladas de clientes; (v) a quantidade de veículos e da tarifa cobrada por veículo disponibilizado para *leasing* e locação; e (vi) a receita com a venda de ativos utilizados na prestação de serviços de *leasing* e locação.

ICMS

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – (“ICMS”) é um tributo estadual incidente sobre circulação de mercadorias e serviços em cada etapa da cadeia de produção e comercialização. As alíquotas do ICMS para as mercadorias da Companhia variam entre 4% e 25% conforme a legislação de cada Estado e região brasileira (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro Oeste).

Nos 14 Estados em que a Companhia opera, atualmente, vigora, para a maioria das categorias de produtos destinados a venda, o regime de substituição tributária do ICMS, com exceção dos caminhões, e partes e peças dos estados de Goiás e Rondônia, em que o ICMS corresponde ao regime normal (débito e crédito). O recolhimento da substituição tributária do ICMS (ICMS-ST) ocorre de forma antecipada, no momento da compra da mercadoria, tendo como base o custo de compra e a margem de valor agregada (*Mark-up*), determinada pelas autoridades fiscais de cada um dos Estados. Os impostos antecipados na forma de substituição tributária são registrados como custo de mercadorias revendidas de acordo com o regime de competência de venda dos produtos base de incidência.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de benefícios fiscais estaduais, que reduzem a carga tributária incidente sobre as operações com determinados produtos comercializados pela Companhia. De modo geral, tais benefícios fiscais decorrem da aplicação direta das legislações estaduais ou de Termos de Acordos firmados com a Secretaria da Fazenda dos Estados, que garantem à Companhia, dentre outros benefícios, a carga tributária exclusiva para o setor automotivo. Esses benefícios se aplicam ao fabricante e ao concessionário, são aplicados a veículos que, em geral, se mantem a carga tributária de 12%, em linha com o Convenio ICMS 199/17 e para parte e peças onde se aplicam as MVAs (*markup*) Fidelidade, com exceção de Mato Grosso e Goiás para partes e peças onde se aplica o ICMS Normal.

Ainda, no estado de Goiás, a Companhia usufrui do benefício do crédito presumido nas saídas interestaduais de veículos nacionais, condicionado a certas obrigações. O benefício é garantido por lei e tem prazo de vigência indeterminado. No estado do Amapá, há uma filial do Varejo

2.2 Resultados operacional e financeiro

Automotivo domiciliada em área da Suframa. Por conta disso, a Companhia tem o benefício da suspensão do ICMS, quando a venda é concretizada dentro da área Suframada. A fruição dos incentivos estaduais está, na maioria dos casos, condicionada à manutenção da regularidade fiscal. Em 08 de agosto de 2017, foi publicada a Lei Complementar n.º 160/2017, a qual tem como finalidade a convalidação dos benefícios fiscais entre os Estados. Dessa forma, os benefícios fiscais, os quais são objetos da chamada “guerra fiscal” entre os Estados, serão reconhecidos pelos mesmos e terão seus efeitos prorrogados pelos prazos constantes na referida norma.

PIS e COFINS

A maioria das empresas controladas pela Companhia é tributada pelo Lucro Real. Assim, sobre a receita de venda de mercadorias e prestação de serviços incidem as alíquotas de 1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS, excetuando-se os produtos em que o PIS e COFINS são monofásicos ou beneficiados por isenções fiscais. Para essas empresas, também se adota o regime não cumulativo de PIS e COFINS, em que é possível descontar créditos auferidos em compras e outras despesas, de modo que as obrigações fiscais podem ser compensadas com créditos advindos de tributos pagos anteriormente sobre os produtos que a Companhia compra e de outras despesas. Ainda, no caso do Banco Rodobens, também tributado pelo lucro real, a alíquota de PIS e COFINS é de, respectivamente, 0,65% e 4,00%, sendo pelo regime não cumulativo aplicável às instituições financeiras. Uma menor parcela de empresas é tributada pelo regime do Lucro Presumido, em que as alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3,00%, respectivamente, sem direitos a créditos.

ISS

O Imposto Sobre Serviço (“ISS”) é um tributo municipal, incidente sobre a prestação de serviço. A Companhia efetua o recolhimento na cidade em que ocorreu o fato gerador, aplicando a alíquota vigente, que varia de 2% a 5%, conforme legislação de cada município. No caso da incidência de ISS sobre as receitas de Taxa de administração de Consórcios, atualmente a companhia recolhe o ISS para o município onde estão domiciliadas as suas Administradoras de Consórcios, respeitando os efeitos suspensivos da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5835 sobre a Lei Complementar (LC) 157/2016, a qual estabelecia o recolhimento para o município do tomador do serviço, sem definir quem era o tomador de serviço para fins desta alteração. A expectativa da companhia é que caso a ADI seja cassada, com consequente manutenção da LC 157/2016, haverá modulação dos efeitos com possível aumento de carga tributária, pois atualmente a carga tributária das referidas Receitas é de 2%.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As operações da Companhia dependem das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) crescimento do produto interno bruto (PIB); (ii) variações dos preços de *commodities*; (iii) taxa de câmbio; entre outros.

Com exceção do disposto acima, não existiram outros fatores que influenciaram materialmente os resultados operacionais da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas nos resultados, vide item 2.1(h) deste Formulário de Referência. Vide item 2.5 deste Formulário de Referência para descrição e reconciliação dos indicadores financeiros discutidos neste item com as Demonstrações Financeiras.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

2.2 Resultados operacional e financeiro

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita líquida foi de R\$6.254,5 milhões, representando um crescimento de 16,5%, em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia entende que tem sido capaz de repassar para seus clientes as variações positivas ou negativas nos custos de seus produtos. Essas variações podem ser causadas por mudanças na legislação tributária, assim como pelas oscilações na taxa de câmbio, taxa de inflação ou na taxa de juros.

Para uma discussão detalhada dos fatores relacionados a volume de vendas que impactaram a receita da Companhia, vide itens 2.1 (i) deste Formulário de Referência.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A inflação pode impactar direta e indiretamente os custos dos automóveis e peças vendidas, e o aumento da inflação poderá impactar negativamente o resultado operacional, caso a Companhia não seja capaz de repassar esses aumentos de gastos aos clientes finais por meio do aumento dos preços. Adicionalmente, o aumento da inflação pode levar a uma depreciação do cenário macroeconômico, reduzindo investimentos e prejudicando novos negócios e reduzindo também o poder aquisitivo dos clientes finais. Portanto, a depreciação do cenário macroeconômico pode afetar adversamente o resultado operacional da Companhia.

Entretanto, a Companhia acredita que consegue repassar pequenas variações nos índices de inflação a seus clientes, sempre buscando, nas negociações com os fornecedores, o menor custo possível, respeitando os princípios da relação comercial. Um aumento significativo na inflação poderia afetar os negócios na medida em que a inflação corrompa o poder de consumo da população e reduza o nível de confiança das pessoas, diminuindo sua propensão marginal a consumir. Por outro lado, a redução na inflação poderia aumentar ainda mais o poder de consumo das classes mais pobres, com reflexos positivos no consumo dos produtos da Companhia.

A variação de preços dos insumos poderá impactar negativamente os resultados operacionais da Companhia na medida em que não seja capaz de repassar os aumentos de custos ao cliente final por meio do aumento dos preços dos produtos que comercializa. Para tanto, a administração da Companhia mensalmente realiza os comitês de vendas por unidade de negócio. Especificamente no Segmento de Varejo, é traçado a estratégia de vendas com a redefinição dos novos preços dos produtos para o mês com base na nova tabela de preços dos veículos (insumos) determinados pelas montadoras.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía empréstimos e financiamentos totais de R\$295,5 milhões, atrelados ao CDI e à variação cambial. Os contratos de dívida estão descritos no item 2.1.f deste Formulário de Referência.

A receita financeira também poderá ser influenciada pela modificação nas taxas de juros, na medida em que tal receita advém da aplicação do caixa disponível da Companhia à diferentes taxas de juros, sobretudo CDI.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

Os diretores comentam que não houve mudança significativa nas práticas contábeis no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores comentam que o relatório dos auditores independentes emitido para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 não contém opiniões modificadas ou ênfases e concordam com a opinião expressada nesse relatório.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi deliberado em ato registrado e aprovado pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2022 a aquisição da participação de sócios não controladores de 33,33% que a Ford Credit Holding Brasil Ltda. detinha da investida CNF – Administradora de Consórcios Nacional Ltda., a aquisição foi feita pela investida Rodobens Brasil Participações, Empreendimentos e Negócios Ltda.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

a. Valor das medições não contábeis

A Companhia apresentou, no último exercício social, as seguintes medições não contábeis:

Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
	2022
EBITDA	675,1
Margem EBITDA (%)	10,8
Dívida Bruta	295,5
Dívida Líquida	(487,7)
Alavancagem Financeira (%)	-29,4
Receitas de Consórcios Contratadas	2.284,3
Receitas de Seguros Prestamistas Contratadas	384,2
Margem de Contribuição	1.185,7
ROE Ajustado (%)	25,7
ROIC Ajustado (%)	21,1

1) EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*earning before interest, tax, depreciation and amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas e da depreciação e amortização), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”) e consiste no lucro líquido ajustado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. O EBITDA representa a capacidade da Companhia de geração de resultados operacionais, bem como indica a sua capacidade de gerar caixa a partir de seus ativos operacionais.

A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - *International Financial*

2.5 Medições não contábeis

Reporting Standards (“IFRS”), e não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser considerados como substitutos para o lucro líquido, como indicadores da performance operacional da Companhia. O EBITDA e a Margem EBITDA não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de empréstimos e financiamentos, mútuo financeiro e instrumentos financeiros derivativos.

Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários.

Os valores mencionados de Dívida Bruta e Dívida Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

3) Alavancagem Financeira

A Alavancagem Financeira é um indicador não contábil que procura medir a estrutura e o capital ideal que possibilite redução de custos e seu desenvolvimento. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida, dividida pelo Capital Total de determinado período. A Dívida Líquida corresponde a Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários. O Capital Total corresponde à Dívida Líquida mais o Patrimônio Líquido Ajustado. O Patrimônio Líquido Ajustado corresponde ao Patrimônio Líquido mais dividendos, lucros e juros sobre capital a pagar.

Os valores mencionados de Alavancagem Financeira não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

4) Margem de Contribuição

Margem de Contribuição é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e definida como o Lucro Bruto subtraído das despesas com vendas e provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Os valores mencionados de Margem de Contribuição não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, não devem ser considerados como substitutos do lucro líquido e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

5) ROE Ajustado

O ROE - *Return On Equity* Ajustado ou taxa de retorno sobre o patrimônio líquido ajustado, reflete em percentuais o retorno sobre o patrimônio líquido ajustado da Companhia, evidenciando a capacidade da Companhia de agregar valor aos acionistas utilizando os seus próprios recursos. É uma medida não contábil elaborada pela Companhia e seu cálculo consiste na divisão do lucro líquido do exercício pelo patrimônio líquido ajustado. O Patrimônio Líquido Ajustado (médio) corresponde ao Patrimônio Líquido (médio) mais dividendos, lucros e juros sobre capital a pagar (médio).

2.5 Medições não contábeis

Os valores mencionados de ROE Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

6) ROIC Ajustado

O ROIC - *Return On Invested Capital* Ajustado ou taxa de retorno sobre o capital investido ajustado é uma medida não contábil elaborada pela Companhia e seu cálculo consiste na divisão do Lucro Operacional (EBIT) subtraído do imposto de renda calculado por meio da alíquota efetiva de determinado período, dividido pelo Capital Investido (médio), o qual é representado pelo Patrimônio Líquido Ajustado (médio) acrescido da Dívida Bruta (média). O Patrimônio Líquido Ajustado (médio) corresponde ao Patrimônio Líquido (médio) mais dividendos, lucros e juros sobre capital a pagar (médio).

Os valores mencionados de ROIC Ajustado não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

7) Receitas de Consórcios Contratadas

A Companhia, por meio das Administradoras de Consórcio do Grupo, possui receitas futuras provenientes de taxa de administração de grupos de consórcio já contratadas e que na data das demonstrações financeiras não tiveram as obrigações de performance satisfeitas. A Companhia não garante o reconhecimento da totalidade destas receitas pois é necessário que as cotas de consórcio permaneçam ativas e tenham as obrigações de performance satisfeitas até o encerramento dos grupos.

Os valores mencionados de Receita de Consórcios Contratadas não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e nem possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

8) Receitas de Seguros Prestamistas Contratadas

A Companhia, por meio das Corretoras de Seguros do Grupo, possui receitas de seguros contratadas de comissões sobre as parcelas de seguro prestamistas provenientes de grupos de consórcios já contratados e que na data das demonstrações financeiras não tiveram obrigações de performance satisfeitas. A Companhia não garante o reconhecimento da totalidade destas receitas pois é necessário que as cotas de consórcio permaneçam ativas e tenham as obrigações de performance satisfeitas até o encerramento dos grupos.

Os valores mencionados de Receita de Seguros Prestamistas Contratadas não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e nem possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam respectivamente, a conciliação do EBITDA, e da Margem EBITDA, da Margem de Contribuição, da Dívida Bruta e da Dívida Líquida, da Alavancagem

2.5 Medições não contábeis

Financeira, das Receitas de Consórcios Contratadas, do ROE Ajustado e do ROIC Ajustado com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

1) EBITDA e Margem EBITDA

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	2022
Lucro líquido do exercício	501,2
(+) Imposto de renda e contribuição social	127,7
(+) Despesas financeiras, líquidas	(31,6)
(+) Depreciação e amortização	77,7
EBITDA	675,1
Receita operacional líquida	6.254,5
Margem EBITDA (%)	10,8

2) Dívida Bruta e Dívida Líquida

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais	2022
(+) Empréstimos e financiamentos (Passivo Circulante)	161,6
(+) Empréstimos e financiamentos (Passivo Não Circulante)	131,2
(+) Mútuo financeiro	(878)
(+) Instrumentos financeiros derivativos	3,6
Dívida Bruta	295,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(378,1)
(-) Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários	(405,2)
Dívida Líquida	(487,7)

3) Alavancagem Financeira

2.5 Medições não contábeis

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	2022
Dívida Bruta	295,5
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(378,1)
(-) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	(405,2)
Dívida Líquida	(487,7)
(+) Patrimônio Líquido	930,6
(+) Dividendos, lucros e juros sobre capital a pagar	1.216,8
Patrimônio Líquido Ajustado	2.147,4
Capital Total	1.659,7
Alavancagem Financeira (%)	-29,4

4) Margem de Contribuição

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais	2022
Lucro Bruto	1.540,0
Despesas com vendas e provisão para créditos de liquidação duvidosa	(354,3)
Margem de Contribuição	1.185,7

5) ROE Ajustado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	2022
Patrimônio Líquido (médio)	826,5
(+) Dividendos, lucros e juros sobre capital a pagar (médio)	1.127,2
Patrimônio Líquido Ajustado (médio)	1.953,7
Lucro líquido (U12M)	501,2
ROE Ajustado (%)	25,7

2.5 Medições não contábeis

6) ROIC Ajustado

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
Valores expressos em milhões de Reais (exceto %)	2022
Lucro líquido (U12M)	501,2
(+) Imposto de renda e contribuição social (U12M)	127,7
(+) Despesas financeiras, líquidas (U12M)	(31,6)
EBIT	597,4
(-) Impostos de renda e contribuição Social	(121,3)
NOPAT	576,0
Dívida Bruta (média)	301,5
Patrimônio Líquido Ajustado (médio)	1.953,7
Capital investido (médio)	2.255,2
ROIC Ajustado (%)	21,1

7) Receitas de Consórcios Contratadas

Valores expressos em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de 2022					
	Imóveis	Automóveis (i)	Caminhões (ii)	Motos	Serviços	Total
2023	156,7	89,3	134,1	2,9	2,7	385,8
2024	149,9	70,3	115,3	2,1	1,8	339,4
2025	143,5	50,4	89,4	1,3	1,0	285,7
2026	135,5	32,8	61,5	0,8	0,4	231,0
2027	123,2	19,3	37,0	0,3	-	179,7
2028 a 2043	791,1	19,4	52,1	0,08	-	862,6
	1.499,8	281,6	489,4	7,5	6,0	2.284,3

(i) Referem-se às receitas dos produtos: automóveis nacionais, importados e seminovos.

(ii) Referem-se às receitas dos produtos: caminhões, ônibus e carrocerias de ônibus.

8) Receitas de Seguros Prestamistas Contratadas

Valores expressos em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de 2022					
	Imóveis	Automóveis (i)	Caminhões (ii)	Motos	Serviços	Total
2023	22,9	18,4	16,3	0,4	1,1	59,1
2024	22,0	15,2	14,4	0,3	0,9	52,9

2.5 Medições não contábeis

2025	21,4	11,9	11,9	0,2	0,7	46,0
2026	20,9	8,1	8,7	0,2	0,5	38,2
2027 a 2043	160,7	11,5	14,4	0,07	0,7	187,3
	247,8	65,0	65,7	1,3	3,9	383,5

c. Explicar o motivo pelo qual se entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da condição financeira e do resultado das operações da Companhia

O EBITDA e a margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia.

Em razão de as despesas e receitas financeiras, o imposto sobre a renda e a contribuição social, a depreciação e amortização não serem consideradas para o seu cálculo, a Companhia entende que o EBITDA é o indicador mais apropriado para fins de análises de performance, uma vez que funciona como uma medida geral de desempenho por se aproximar da geração de caixa de sua atividade econômica. Consequentemente, o EBITDA funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade da Companhia de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA e a margem EBITDA, no entanto, apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios que poderiam afetar de maneira significativa os lucros, tais como: despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Dessa forma, tais indicadores requerem sua utilização em conjunto com outras medições contábeis para a melhor avaliação do desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia acredita que a utilização do EBITDA e a Margem EBITDA como medida de desempenho financeiro pode contribuir para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Em relação à Margem de Contribuição, a Companhia acredita ser uma medida importante para sinalizar a viabilidade e saúde financeira de seu negócio. A análise da Margem de Contribuição revela se a Companhia tem conseguido gerar resultado suficiente para ser lucrativa no final do período. No entanto, a Margem de Contribuição também apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios.

Os índices de endividamento (Dívida Bruta, Dívida Líquida e Alavancagem Financeira) são importantes indicadores para Companhia, pois objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Os indicadores ROE Ajustado e ROIC Ajustado são indicadores largamente utilizados em análises financeiras, enquanto o primeiro reflete em percentuais o lucro líquido da Companhia sobre o patrimônio líquido e o segundo reflete em termos percentuais o lucro operacional sobre o capital investido. O ROE Ajustado evidencia a capacidade da Companhia de agregar valor aos acionistas utilizando recursos próprios e o ROIC Ajustado evidencia a capacidade da Companhia de agregar valor aos acionistas e demais investidores utilizando capital próprio e capital de terceiros.

2.5 Medições não contábeis

Quanto as Receitas de Consórcios Contratadas, esse indicador é importante pois mede o quanto a Companhia tem a receber em termos de taxa de administração pelas cotas de Consórcios já vendidos aos clientes. No mesmo sentido, as Receitas de Seguros Prestamistas Contratadas, demonstram o montante a receber das comissões sobre as parcelas de seguro prestamistas provenientes de grupos de consórcios.

Apesar de os índices acima tratarem de medidas não contábeis, estes são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, o que permite uma maior comparabilidade a negócios semelhantes aos da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 foram emitidas em 20 de março de 2023.

Não foram identificados eventos subsequentes às referidas demonstrações financeiras, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução da CVM nº 105, de 20 de maio de 2022.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Política de destinação dos resultados

2022

a. Regras sobre retenção de lucros

Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e o §1º do artigo 27 do estatuto social da Companhia (“Estatuto Social”), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% será aplicado na constituição de reserva legal (“Reserva Legal”), até que o seu valor atinja 20% do capital social; (ii) por deliberação da assembleia geral (“Assembleia Geral”), conforme proposto pelo Conselho de Administração, parcela do lucro líquido poderá ser destinada à constituição de provisão para contingências e potenciais perdas de quaisquer reservas, sujeita às leis e regulamentações aplicáveis, ou reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; (iii) 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no artigo 27 do Estatuto Social, serão destinados ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório, exceto no exercício em que tal distribuição for incompatível com a situação financeira da Companhia. No exercício em que o dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto Social ou do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar; e (iv) após a deliberação acerca dos dividendos obrigatórios, poderá a Assembleia Geral destinar até 100% do lucro líquido remanescente do exercício à “Reserva Estatutária”, que será limitada a 50% do capital social da Companhia e terá por finalidade a preservação da liquidez da Companhia, de modo que esta possa fazer frente às necessidades de investimento próprio e em suas respectivas sociedades coligadas e/ou controladas, com intuito de desenvolver e fortalecer seus negócios e, ainda, a manutenção de capital de giro.

a.i. Valores das retenções de lucros

Os administradores da Companhia autorizaram a emissão das demonstrações financeiras da Companhia, na qual o resultado do exercício de 2022 (R\$470.304.104,47) foi destinado da seguinte forma (i) do montante de R\$23.515.205,22 para a

2.7 Destinação de resultados

	constituição de Reserva Legal; e (ii) R\$195.821.135,75 para a reserva estatutária.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 46,64%.
b. Regras sobre a distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral Ordinária, nos casos permitidos Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social da Companhia também autoriza o levantamento de demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou mensais podendo ser declarados dividendos intermediários ou intercalares com base nesses balanços, observados os limites legais.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano. O Estatuto Social da Companhia permite também a distribuição de dividendos intercalares e intermediários e juros sob capital próprio, podendo os mesmos ser imputados ao dividendo obrigatório. A declaração de dividendos intercalares e de juros sob capital próprio depende de aprovação por deliberação do Conselho de Administração.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos havidas no exercício de 2022, exceto por aquelas previstas na Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia, na qual se configura vencimento antecipado a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de remuneração aos acionistas, exceto pelo dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, conforme prevista na escritura de emissão.
e. Política de destinação de resultados	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A

2.7 Destinação de resultados

destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, pois não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

2.10 Planos de negócios

2.10 – Plano de negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os investimentos da Companhia totalizaram R\$46,8 milhões. Em tecnologia da informação e transformação digital, foram realizados investimentos que totalizaram R\$27,6 milhões, um aumento de 16%, em comparação com o mesmo período em 2021. A Companhia permaneceu investindo no Escritório Digital em 2022, com um total de R\$2 milhões no ano. O Escritório Digital é a plataforma de gestão de vendas para os parceiros da Companhia e, com intuito de aumentar a celeridade nos processos de venda, ganhou novas funcionalidades integradas a gestão da carteira comercial, tais como: um sistema de análise de dados com probabilidades de oportunidades de gerar novas compras e acompanhamento de possíveis cancelamentos, através da integração do Customer Relationship Management (CRM). Ainda, no âmbito do Escritório Digital, a Companhia também implementou a integração do módulo de suporte a vendas, com intuito de apoiar os parceiros em possíveis dúvidas durante todo o processo de oferta de produtos. Além disso, nessa mesma plataforma, foi realizada a estruturação comercial múltipla de forma a abranger os demais produtos ofertados pela Companhia, transformando-a em uma plataforma de multiprodutos.

Adicionalmente, a Companhia investiu em projetos de desenvolvimento de canais digitais de vendas, com destaque a transformação do *E-commerce* em *Marketplace* de peças. Outros investimentos importantes realizados em tecnologia no ano estão relacionados à ferramenta Salesforce, possibilitando a visão 360 dos clientes e gerando maior visibilidade e eficiência do funil de vendas online para consórcio.

No varejo automotivo, a Companhia realizou um investimento total no valor de R\$18,8 milhões, destinados principalmente a *test drive* de automóveis, manutenção da estrutura e projetos de incêndio para veículos comerciais.

Valores expressos em milhões de Reais	Exercício social encerrado em 31 de
	dezembro de
	2022
Varejo Automotivo	18,8
Manutenção e Melhoria	7,4
Expansão e Inovação	0,9
Extraordinários	1,1
Test-Drive	9,3
Tecnologia da Informação	27,6
Manutenção e Melhoria	22,2
Expansão e Inovação	5,4
Escritórios	0,4
Manutenção e Melhoria	0,4
Total	46,8

Os investimentos da Companhia são divididos nas categorias de manutenção e melhoria, expansão e inovação, extraordinários e *test drive*.

Manutenção e Melhorias

2.10 Planos de negócios

Referem-se a benfeitorias, compra de ferramentas e equipamentos, mobiliário (podendo ser mandatório para programas das montadoras), manutenção em sistemas existentes, renovação de licenças e troca de *hardware* e periféricos já existentes.

Expansão e Inovação

Referem-se a iniciativas novas que trazem retorno financeiro (desde pequenas modificações até construção de novas revendas), novos sistemas ou funcionalidades que trazem retorno financeiro (redução de custos ou aumento de receitas).

Extraordinários

Referem-se a iniciativas e implantação de sistemas sem retorno financeiro direto, que devem ser feitas ou adotadas em função de legislação, necessidade de mitigação de riscos ou de melhoria de controles, ou compulsórios pelas regras de concessão das montadoras.

Test-Drive

Referem-se aos veículos alugados nas concessionárias de automóveis e veículos comerciais da Companhia, destinados para uso dos clientes, a fim do mesmo ter uma experiência de condução e dirigibilidade do veículo antes da sua aquisição.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, as principais fontes de financiamento que a Companhia utilizou para seus investimentos foram o caixa gerado por suas operações, recursos de seus acionistas, bem como a obtenção de recursos de terceiros mediante empréstimos ou financiamentos ou captações no mercado de capitais. Os diretores da Companhia esperam utilizar no futuro as mesmas fontes de financiamento, assim como acessar o mercado de capitais por meio de ofertas de dívida pública, conforme avaliação da administração, tendo em vista a sustentabilidade do negócio e a geração de valor para os acionistas.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 2.1, subitens “e” e “f” deste Formulário de Referência.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos específicos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável considerando que não há pesquisas em andamento já divulgadas.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

2.10 Planos de negócios

Não aplicável, considerando que não há gastos em pesquisa para desenvolvimento de produtos ou serviços.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento estão descritos no item 2.10.(a), subitem “(i)” acima.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes totais gastos em desenvolvimento de novos produtos estão descritos no item 2.10.(a), subitem “(i)” acima, classificados como manutenção e melhoria, expansão e inovação, extraordinários e *test drive*.

d. Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Levando em consideração a atuação da Companhia em 8 frentes de trabalho, o plano de negócios da Companhia desenvolveu as seguintes pautas relacionadas à ASG no ano de 2022:

- Criação de uma identidade para a área de ASG;
- Elaboração/atualização de políticas;
- Desenvolvimento de projetos de impacto socioambiental:
 - Programa de Energia Limpa;
 - Programa de Logística Reversa;
 - Programa de Saúde Mental;
- Capacitação de mais de 665 pessoas através de treinamentos na Universidade Rodobens;
- Mais de 115.000 pessoas impactadas através das ações assistenciais do Instituto Rodobens;
- 9 projetos educacionais nas localidades que a Companhia atua, com foco no ODS 4 - Educação de qualidade e ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico;
- Atualização da matriz de riscos com a inserção das áreas de Meio Ambiente, Impacto Social e Segurança do Trabalho na esteira de avaliação;
- *Due Diligence* de parceiros e fornecedores;
- Realização do “*Future Today*”, evento para o C-Level contemplando a temática ASG;
- Elaboração do Anuário de ESG, visando difundir as ações ASG para toda companhia;
- Inserção da página de Sustentabilidade/ASG dentro do site de Relação com Investidores.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 – Outros fatores com influência relevante

Impactos do COVID-19 nas atividades da Companhia

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Dessa forma, no ano de 2020, as autoridades governamentais impuseram isolamento e outras medidas restritivas visando a limitação da circulação de pessoas para conter a propagação do vírus. Essas medidas incluíram a suspensão ou redução das atividades de setores da economia considerados não essenciais, além de medidas rigorosas de circulação e isolamento social. No mercado em que a Companhia opera, as medidas de restrições contaram com o fechamento e redução das atividades não essenciais. Contudo, a partir do ano de 2021, tais medidas foram flexibilizadas, com a retomada gradual dos serviços.

A pandemia impactou as operações, canais de venda e fluxos de caixa. Em função do COVID-19, parte importante das concessionárias do Grupo Rodobens esteve fechada em 2020 e parte de 2021, de acordo com as determinações das autoridades locais nas regiões onde estão localizadas. Estes fechamentos tiveram duração variada de acordo com a situação sanitária de cada região, com grande parte das operações voltando a operar rapidamente, porém com restrições para minimizar o risco de transmissão de COVID-19.

Entretanto, com a flexibilização das medidas e retomada das atividades, a Companhia obteve sucesso para enfrentar a maioria dos impactos do COVID-19 em suas operações, entregando resultados e provando nosso alto nível de posicionamento, como se verifica pelos resultados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2022. Dentre os impactos positivos, principalmente relacionados com a digitalização das atividades, houve, nesse período, o aumento de vendas de consórcio por canal digital, lançamento do consórcio digital focado em motos, aumento de vendas de veículos por meios digitais e lançamento do *e-commerce* de peças de veículos comerciais, além de adoção do modelo híbrido de trabalho, que consiste no trabalho presencial uma vez por semana, para os colaboradores das áreas administrativas.

O ano de 2022 trouxe um cenário desafiador para a atividade econômica brasileira. Vivenciamos um avanço no ciclo de aperto da política monetária com o aumento da taxa básica de juros, tendo em vista as expectativas de aceleração da inflação e as incertezas relacionadas ao futuro do arcabouço fiscal atual. A Companhia está estrategicamente bem-posicionada para se defender das adversidades impostas pelo mercado, através de sua ampla rede nacional de parceiros e concessionárias, sendo que uma parcela relevante da geração de negócios é proveniente das regiões do agronegócio.

A valorização dos parceiros e agentes comissionados, é extremamente importante para a Companhia, que passa por um processo de transformação digital nos últimos anos, especialmente durante a pandemia. Foi criado o Escritório Digital, que passou a centralizar o dia a dia do parceiro em um único lugar, fornecendo ferramentas de ponta para ajudá-lo na gestão de sua carteira, além de acompanhar informações sobre vendas e comissões de forma online e transparente. Ao final de 2022 o Escritório Digital contava com cerca de 1.500 usuários ativos, dentre eles parceiros do consórcio e da corretora de seguros.

No cenário externo é importante destacar as consequências do conflito na Europa. Há um aperto das condições financeiras e aumento da incerteza do cenário econômico mundial. Também vivenciamos uma reorganização das cadeias de produção globais, o que impacta a produção global de bens. No Brasil, algumas montadoras foram impactadas pela falta de componentes usados na montagem dos veículos, gerando um atraso no fornecimento para as concessionárias. A Companhia foi impactada no segmento de Veículos Comerciais, com a redução no fornecimento de caminhões novos, especialmente extrapesados.

Essa situação impactou as suas vendas no ano, resultando em uma queda de 5,8% comparado com

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2021, alcançando a marca de 7,4 mil veículos vendidos. Já no último trimestre do ano, houve uma recuperação leve nas vendas de veículos comerciais novos, superando 2,6 mil veículos vendidos, um aumento de 24,0% comparado ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a troca de tecnologia compulsória dos caminhões, de Euro 5 para Euro 6, na virada do ano, com consequente aumento substancial de preços, gerou um aumento da procura por veículos de tecnologia mais antiga no final do ano.

Na carteira houve o aumento da inadimplência, assim como um aumento das solicitações de renegociação de carência e de parcelas em atraso. A perda esperada de crédito para contas a receber de clientes e operações de crédito da Companhia saiu de 4,9% da carteira em dezembro de 2019 para 5,8% da carteira em dezembro de 2020. Em dezembro de 2021, ocorreu uma queda de 2,4 p.p. encerrando o ano com 3,4%. Já em dezembro de 2022, a queda se manteve, fechando o ano com 1,9% de perda esperada de crédito para contas a receber e operações de crédito.

Medidas Adotadas pela Companhia em Decorência da COVID-19

A declaração da pandemia do COVID-19 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas para evitar a propagação do vírus. Nesse cenário de muita incerteza, a Companhia estabeleceu um Comitê Gestor, com integrantes de diversas áreas da empresa, para tratar especificamente do tema da COVID-19 visando monitorar a evolução da pandemia e discutir medidas preventivas alinhadas com as orientações da OMS e Ministério da Saúde para os clientes e colaboradores.

Dentre as medidas adotadas pela Companhia frente à crise do COVID-19, temos:

- a. Criação de um Comitê de Caixa, reforçando a gestão de despesas;
- b. Divulgação de comunicados orientativos de boas práticas e higienização;
- c. Criação de canal de comunicação com a área de Saúde Ocupacional (telefone, e-mail, WhatsApp);
- d. Monitoramento dos grupos de riscos e suspeitos pelo time de Saúde Ocupacional;
- e. Afastamento em quarentena de colaboradores suspeitos, que tenham retornado de locais críticos ou apresentado sintomas;
- f. Suspensão de viagens internacionais;
- g. Priorização de reuniões por vídeo;
- h. Férias coletivas e utilização de banco de horas;
- i. Adoção de regime de *home office* para mais de 90% dos colaboradores dos escritórios desde março de 2020, com retorno gradual das atividades de áreas específicas de acordo com determinações de cada localidade;
- j. Adoção de regime de *home office* em quase 100% de algumas unidades comerciais (ex. Banco, Consórcio e Corretora), sendo que em nossas concessionárias funcionamos, via de regra, em regimes de plantão no pós-vendas, mantendo o *showroom* de acordo com as determinações dos órgãos públicos de cada localidade; e
- k. Restrição de viagens nacionais.

Adicionalmente, diante do cenário incerto enfrentado no início da pandemia, no ano de 2020 a Companhia reduziu o número de colaboradores em 12% para adequar as operações ao menor volume de negócios observado principalmente nos meses de março a maio de 2020. A Companhia adotou ainda medidas previstas na MP 936, com a aplicação da redução de jornada e remuneração em 25% para todos os colaboradores. Esta redução vigorou nos meses de junho, julho e início de agosto de 2020, quando a Companhia optou por antecipar a retomada da jornada normal diante dos resultados positivos alcançados no período. Importante ressaltar que parte das posições fechadas com a redução de 12% foi retomada ao longo do segundo semestre de 2020 em virtude do aumento do volume de negócios.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Através da Campanha Vaciana do Bem, no ano de 2021 a Companhia incentivou os colaboradores e famílias a se vacinarem contra a Covid-19. Cada comprovante de vacinação apresentado gerou uma doação de alimentos da Rodobens para instituições sociais, nas diversas localidades em que estamos inseridos. Para 2022, tivemos algumas flexibilizações pelas autoridades locais, possibilitando adotar o modelo híbrido de trabalho, com uma vez por semana no presencial, o qual permanece até o momento.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 – Políticas de gerenciamento de riscos e controles internos em relação aos riscos indicados no item 4.1 e 4.3

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos - Política de Gestão Integrada de Riscos (“Política de Gestão Integrada de Riscos”).

A última versão da Política de Gestão Integrada de Riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia (“Conselho de Administração”) em 31 de março de 2023 e encontra-se disponível na página da intranet da Companhia e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Mercado (“Política de Risco de Mercado”). A última versão da política foi aprovada pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2023 e estabelece as diretrizes que possibilitam a mensuração e o gerenciamento dos riscos de mercado incidentes sobre as operações da Companhia. A referida política encontra-se disponível na página da intranet da Companhia e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gestão Integrada de Riscos estabelece as diretrizes do gerenciamento de risco e capital da Companhia, dissemina a cultura e prática de gestão de risco e estabelece limites por meio da Declaração de Apetite por Risco (*Risk Appetite Statement*), observando as determinações legais, regulamentares e normativos internos. A Política de Gestão Integrada de Riscos é aplicável a todos os colaboradores da Companhia.

A Política de Gestão Integrada de Riscos estabelece, ainda, as principais responsabilidades a serem observadas no processo de gerenciamento de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação e tratamento dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia. A Política de Gestão Integrada de Riscos busca também conceituar as atividades e principais responsabilidades atribuídas aos órgãos da administração e departamentos, a fim de subsidiar a Companhia no momento da tomada de decisões e aumentar a transparência das informações internamente e para seus *stakeholders*.

Já a Política de Risco de Mercado tem por objetivo estabelecer as diretrizes que possibilitam a mensuração e o gerenciamento dos riscos de mercado incidentes sobre as operações da Companhia, de forma a assegurar que as ações necessárias ao controle e correção de eventuais deficiências sejam implementadas conforme padrões avaliados e aprovados pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

A fiscalização dos riscos permite uma análise da exposição diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

Para a Companhia, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos que são relacionados, de modo a possibilitar a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela administração da Companhia.

(i) Os riscos para os quais se busca proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Para fins da Política de Gestão Integrada de Riscos, a Companhia categoriza seus riscos da seguinte maneira:

- Riscos Financeiros: dividem-se em três categorias:

(i) *Riscos de Mercado*: decorrem da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição, nas operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*);

(ii) *Riscos de Crédito*: são caracterizados pela possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com terceiros em decorrência de sua incapacidade econômico-financeira; e

(iii) *Riscos de Liquidez*: consistem na possibilidade de a Companhia não conseguir honrar de forma eficaz suas obrigações, na data do vencimento, ou somente fazê-lo com elevadas perdas.

- Riscos Operacionais: são aqueles que decorrem de falhas, deficiência ou inadequação na operação, nos processos internos, nos sistemas, na infraestrutura da Companhia e dos clientes da Companhia, podendo afetar a sua eficiência operacional e a sua utilização efetiva e eficiente de recursos.

- Riscos Socioambientais: decorrem da possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais e climáticos, e para garantir o compromisso com as questões socioambientais é realizada a gestão com a qual é incentivada a adoção de boas práticas identificadas nos critérios de riscos; e

- Riscos de Conformidade: decorre de forma contínua, considerando a não observância do cumprimento dos processos internos e das regulamentações externas.

Para fins da Política de Risco de Mercado, o risco de mercado compatível com a natureza das operações da Companhia está relacionado à flutuação de taxas de juros e variação dos índices de preço e cambial. A Companhia tem exposições em taxa pré-fixada, taxa referencial (“TR”) e taxas pós-fixadas (“DI – Depósito Interbancário”), SELIC, fundo garantidor de investimento do Banco Nacional para o Desenvolvimento (“FGI-BNDES”), índice geral de preços do mercado (“IGP-M”), índice de preços ao consumidor amplo (“IPCA”), taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), entre outros.

(ii) Os instrumentos utilizados para proteção

A definição dos critérios para gestão de riscos na Política de Gestão Integrada de Riscos analisa o contexto interno, que envolve a estrutura organizacional, processos, responsabilidades, sistemas de informação internos e relações com as partes interessadas internas, assim como o contexto externo, envolvendo a análise do ambiente cultural, legal, social, político, financeiro, tecnológico e econômico.

A Declaração de Apetite por Risco (*Risk Appetite Statement*), anexa à Política de Gestão Integrada de Riscos, busca alinhar o apetite da Companhia aos diferentes tipos de riscos incorridos, definindo alertas e limites, considerando os objetivos estratégicos e financeiros, bem como os riscos inerentes ao negócio.

Para os diversos tipos de riscos, financeiros ou não, a Companhia estabeleceu, na Política de Gestão Integrada de Riscos, diversos tipos de controles, observando os alertas e limites aceitáveis e os principais riscos no dia a dia do negócio, o que permite a consolidação e controle dos riscos de uma forma integrada.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A consolidação dos riscos na Política de Gestão Integrada de Riscos abrange todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio da Companhia.

Na Política de Gestão Integrada de Riscos, são adotados os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- a) Organização do processo decisório, definindo os métodos que estabelecem o apetite de risco, níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio, vinculando este apetite de risco com as fontes do retorno financeiro pretendido;
- b) Manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez e capital para suportar os riscos assumidos;
- c) Documentação dos tipos e níveis de risco na Declaração de Apetite por Risco;
- d) Consolidação dos riscos, abrangendo todas as exposições relevantes que produzem os riscos inerentes às linhas de negócio;
- e) Compatibilização entre apetite de risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- f) Manutenção de uma estrutura de governança de risco claramente definida, com os papéis e responsabilidades estabelecidos, assegurando a ausência de conflito de interesses nas posições assumidas;
- g) Adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado;
- h) Existência de processos para efetivo rastreamento, reporte e adequado plano de ação para os desvios aos limites e níveis de apetite por risco fixados na Declaração de Apetite por Risco;
- i) Implementação de programa de testes de estresse e considerar os seus resultados para tomada de decisões estratégicas e para a revisão dos níveis de apetite por riscos.

Ainda, como estratégia de proteção patrimonial (*hedge*), a Companhia possui financiamento (*funding*) atrelado à produtos de captação remunerados à percentuais do DI, Selic, taxas Pré, Índices de Preços e TJLP, sendo a taxa DI majoritariamente o lastro de operações de crédito remuneradas a taxas pré-fixadas.

O descasamento entre estas taxas resulta no risco de um aumento de despesas de intermediação financeira (percentual da taxa DI – Depósito Interbancário) não acompanhadas de sua contrapartida nas receitas de intermediação financeira (taxa pré-fixada), impactando negativamente o resultado bruto da intermediação financeira da demonstração de resultados do exercício (DRE). Pode também haver a situação oposta, em que a Companhia se beneficiaria do *spread* positivo entre estas curvas agregadas.

Com vistas a este risco relevante construímos gatilhos (*triggers*) que são acionados e avaliados em função do comportamento diário da curva DI – Depósito Interbancário, fornecida pela B3 S.A.- Brasil, Bolsa, Balcão.

O monitoramento feito é reportado seguindo a governança corporativa que faz a leitura e estabelece planos de ações a serem tomados, dentre eles, calibrar o percentual de proteção/coertura por meio de operações de *hedge*, redução de descasamento por captações pré-fixadas.

Como forma de proteger o patrimônio (*hedge*), as operações da Companhia com derivativos são SWAP's para *hedge* das operações com taxas pré-fixadas e IGP-M, IPCA e cambial. Outros indexadores podem ser objeto de operações com derivativos para proteção patrimonial, quando houver exposição a riscos em montante significativo, como o IPCA e taxas cambiais.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Há operações com fundos de investimentos de renda fixa que, devido à ausência de intenção de venda ou negociação quando de suas aquisições, estão classificadas com natureza banking/não negociação.

Conforme previsto na Política de Risco de Mercado, visando ao cumprimento da legislação atual, são enviados relatórios à Diretoria da Companhia para acompanhamento e tomada de decisão, de acordo com as necessidades das posições existentes na carteira, de modo que a Companhia adota um conjunto de metodologias de análise, como VaR (*Value at Risk* ou Valor em Risco), *Stressed VaR*, *Duration* (Prazo Médio), DV01 (Análise de Sensibilidade), Descasamentos de Ativos e Passivos e *backtest* para avaliação de estouros de limites.

Todas essas ferramentas compõem o gerenciamento de riscos de mercado, fornecendo conteúdo para tomada de decisões e um controle maior da carteira.

O controle de riscos de mercado é realizado por plataforma especializada homologada pelo Banco Central do Brasil, do Sistema *Autbank* de Risco de Mercado.

Valor em Risco (VaR)

VaR: Para o limite de VaR (perda máxima) decidiu-se em comitê, o modelo paramétrico (não histórico), com o intervalo de confiança de 99% e *Holding Period* (dias para saída da posição) de 10 dias.

VaR Stress: Para o limite de sVaR (perda máxima) decidiu-se em comitê, o valor de 3% do Patrimônio de Referência (PR) do Conglomerado Prudencial Rodobens para períodos de estresse, sendo esse limite estipulado tendo como base o histórico de sVaR e o apetite a risco da Companhia.

IRRBB (*Interest Rate Risk of banking book*): que é composto pelo Delta EVE (*Economic value of equity*) e Delta NII (*Net interest income*), no conglomerado prudencial.

Para as demais empresas do grupo, adotam-se as seguintes práticas de gestão de Risco de Mercado:

- Aplicações Financeiras: TPF, Fundos de Renda Fixa e CDBs de Bancos de Primeira Linha.
- Endividamento: referenciado em CDI ou pré-fixado, a depender do negócio em que se encontra.

Podem-se admitir outros indexadores desde que haja uma justificativa técnica.

Por fim, não há instrumento financeiro de derivativo com objetivo diverso ao da proteção patrimonial e gerenciamento de risco de mercado. Todas as operações de derivativos devem ter o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*).

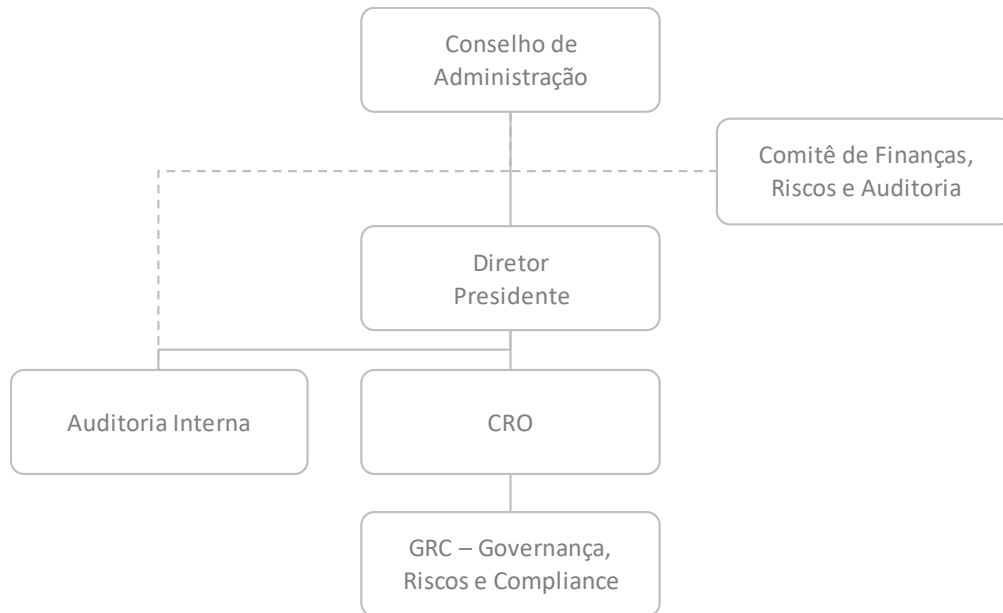
(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia possui a área de GRC – Governança, Riscos e Compliance (“Área de GRC”), responsável pela identificação e implementação, em conjunto com as áreas monitoradas, de medidas mitigatórias dos riscos aos quais a Companhia e os seus negócios estão expostos, bem como pela análise da conjuntura econômica mundial, brasileira e setorial e seus potenciais reflexos nos negócios, na situação financeira e nos resultados da Companhia de forma a minimizar os riscos envolvidos e garantir a segurança na execução das atividades.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Área de GRC reporta-se ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos da Companhia (“Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos”) e ao Conselho de Administração, ao Diretor Presidente e ao Diretor de Gerenciamento de Riscos, provendo, sempre que necessário, todas as informações quanto à limitação da exposição da Companhia aos riscos aos quais está submetida. Tem, ainda, por responsabilidade, a averiguação da implantação e manutenção dos planos de ação associados aos riscos inerentes às atividades da Companhia.

A GIR (Gestão Integrada de Riscos) é estruturada da seguinte forma:



**CRO (Chief Risk Officer ou Diretor de Gerenciamento de Riscos (“CRO”))*

**Riscos: Área de Riscos*

As atribuições e as responsabilidades conferidas ao Conselho de Administração são as seguintes:

(i) Aprovar a Política de Gestão Integrada de Riscos, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos; (ii) Aprovar o apetite aos riscos estabelecendo os níveis de alerta e de limite máximo na Declaração de Apetite por Risco (*Risk Appetite Statement*); (iii) Delegar autoridade aos níveis envolvidos em atividades de riscos para gerenciamento e solução de problemas; (iv) Deliberar sobre questões que envolvam o gerenciamento de riscos e a implementação de ações para correção das deficiências apontadas que comprometam o desempenho e a atuação estratégica do negócio; e (v) Posicionar-se sobre as ocorrências, alterações planejadas de procedimentos, criação de novos produtos, mudanças na legislação ou qualquer fato que possa implicar ou agravar os riscos associados às atividades da empresa.

A Diretoria da Companhia (“Diretoria”) é responsável pelas seguintes ações: (i) Aprovar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos; (ii) Manter a Área de GRC dotada de recursos técnicos, humanos e tecnológicos suficientes para fiel e completo cumprimento de sua missão; (iii) Acompanhar o resultado das avaliações, os pontos de deficiências e aprovar as ações serem implementadas para mitigação dos riscos; e (iv) Aprovar e prover os recursos necessários para implantação de ações para mitigação de todos os riscos.

As atribuições e as responsabilidades conferidas ao CRO são as seguintes: (i) Assegurar a adequação à Declaração de Apetite por Risco (*Risk Appetite Statement*) e aos objetivos estratégicos da empresa, as políticas, os processos, os relatórios, os sistemas e os modelos utilizados no gerenciamento de riscos; (ii) Supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento; (iii) Assegurar a adequada capacitação dos integrantes da estrutura de gerenciamento de riscos, acerca

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

das políticas, dos processos, dos relatórios e dos sistemas; (iv) Participar no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos auxiliando o Conselho de Administração; e (v) Validar as metodologias e ferramentas de medição e controle dos riscos.

As atribuições e as responsabilidades conferidas à Área de GRC são as seguintes: (i) Definir as metodologias ferramentas de medição e controle dos riscos; (ii) Revisar periodicamente o modelo de mapeamento de classificação dos riscos; (iii) Garantir que os riscos sejam identificados, avaliados e registrados no sistema de gestão; (iv) Assegurar que as respostas aos riscos sejam deliberadas de acordo com alçada aprovada pelo Conselho de Administração; (v) Avaliar os apontamentos das áreas referente aos riscos operacionais nas alterações planejadas de procedimentos, na criação de novos produtos, mudanças na legislação, reorganizações societárias significativas ou qualquer fato que possa implicar nos riscos associados à Companhia; (vi) Analisar os apontamentos em relatórios de Auditorias e as recomendações no sentido de sanar eventuais deficiências identificadas; (vii) Monitorar exposição aos riscos identificados; (viii) Manter a atualização, no mínimo anual, das Políticas de Gerenciamento dos Riscos e sua disponibilidade aos colaboradores; (ix) Acompanhar desempenho do sistema de gestão de riscos, avaliando e corrigindo eventuais desvios, de forma manter sua aderência à legislação pertinente e aos objetivos estratégicos da Companhia; (x) Assegurar o registro das perdas ocorridas e o monitoramento de sua frequência; (xi) Apurar os indicadores de perdas em seus níveis de alerta e de limite máximo reportar ao CRO e ao Conselho de Administração; (xii) Recomendar às respectivas áreas da Companhia à adoção de medidas que venham a sanar irregularidades ou prevenir ocorrências de perdas, especialmente dos riscos que alcançaram o status de alerta em relação ao apetite ao risco.

As atribuições e as responsabilidades conferidas ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos são as seguintes: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (vii) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração da Companhia compromete-se a buscar o aprimoramento constante da Política de Risco de Mercado, sempre em atenção às melhores práticas de governança societária.

A Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos apresenta elevado grau de confiança e se encontra preparada para identificar e definir ações de mitigação de riscos. Controles internos consistem em processos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da Companhia nas seguintes dimensões:

- Eficiência e efetividade operacional;
- Confiança nos registros de dados e informações;
- Conformidade; e
- Abordagem baseada em risco.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

A Companhia emenda esforços constantes para aprimorar os processos e controles, sempre visando à segurança e à mitigação de riscos. Os procedimentos de controles internos são ajustados e adaptados à medida que se julguem necessários.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Em busca dos mais elevados padrões de governança, aprimorando e reforçando seu ambiente de controles a Companhia adotou, voluntariamente, controles internos com base nos critérios estabelecidos no documento “Controle Interno – Modelo Integrado”, publicado pelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), entidade privada norte-americana que tem por finalidade a divulgação de princípios e guias ligados a estruturas de controles internos para companhias. Desde a sua criação, a Matriz de Riscos e Controles Internos (MRC) da Companhia é periodicamente revisada e atualizada e a efetividade dos controles anualmente avaliada internamente e por seus auditores externos.

A Área de Riscos e Controles Internos da Companhia (“Área de Riscos e Controles Internos”) tem a responsabilidade de prezar pela atualização da Matriz de Riscos e Controles Internos (MRC). Anualmente os descritivos de controle devem ser revisados junto aos responsáveis por sua execução. Além disso, a área deve executar os testes de efetividade dos controles internos e monitorar a implementação de planos de ação para melhoria do processo. Todos os trabalhos são evidenciados com documentação específica, que pode ser objeto de avaliação dos auditores internos e externos da Companhia, com abordagem para complementar suas análises com testes adicionais. Os resultados dos trabalhos dos testes realizados tanto pela Companhia quanto pelo seu auditor independente são reportados aos responsáveis pelos controles e seus respectivos gestores, como também ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

Um novo controle deve ser endereçado para mitigar um novo risco diante da criação de um novo processo ou alteração de um processo já existente, ou por outra necessidade que pode ser apontada pela Auditoria Interna, área de Riscos e Controles Internos, revisão de processos, dentre outros. Sempre que um novo mapeamento ocorrer, é necessário que a Área de Riscos e Controles Internos seja envolvida para dar suporte aos gestores na avaliação do desenho do controle e garantir que este componha a Matriz de Riscos e Controles Internos (MRC).

Ademais, a Companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos Operacionais e Controles Internos que tem por objetivo fornecer as diretrizes para gestão de Riscos e atividades relacionadas. Também dispõe de um Manual de Controles Internos cujo objetivo é estabelecer as diretrizes de monitoramento de controles internos, considerando os principais processos de negócio das empresas do grupo econômico da Companhia, com enfoque na divulgação de relatórios financeiros e eficiência das operações. Ambos documentos seguem rito corporativo de aprovação, sendo atualizados periodicamente.

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório. Os resultados são acompanhados e avaliados internamente pela Diretoria da Companhia (“Diretoria”) e externamente por auditoria independente, e ainda contemplam a definição de planos de ação para correções e melhorias contínuas.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

A revisão dos controles mapeados deve ser conduzida anualmente pela Área de Riscos e Controles Internos a fim de que os próprios responsáveis atribuídos na Matriz de Riscos e Controles (MRC) realizem uma avaliação quanto à conformidade para mitigar riscos e promover o cumprimento dos objetivos dos controles sob sua responsabilidade. Este procedimento tem por objetivo: (i)

5.2 Descrição dos controles internos

validar se o controle ainda existe e é executado da forma em que está descrito; (ii) implementar alterações no desenho dos controles, substituição ou eliminação de controles desde que garanta segurança razoável de que todos os objetivos de negócio serão alcançados; (iii) identificar a necessidade de mapeamento de novos controles; (iv) revisar a periodicidade, os riscos envolvidos, bem como se os responsáveis dos controles permanecem inalterados.

Mesmo com a revisão de controles realizada anualmente, o responsável do controle tem o dever de notificar tempestivamente qualquer alteração quanto ao descritivo e/ou execução, frequência ou automação, para que estas estejam refletidas adequadamente na Matriz de Riscos e Controles (MRC).

A Companhia adota o conceito de três linhas de governança para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos corporativos e controles internos, de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes definidas.

1ª Linha: representada pelas unidades comerciais e áreas de suporte, os quais devem assegurar a efetiva gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas.

2ª Linha: representada pela Gerência Geral de Compliance, Riscos e de Controles Internos, que atuam de forma consultiva e independente junto às unidades comerciais e áreas de suporte. A atuação da 2ª linha de governança é segregada e independente das atividades e da gestão das unidades comerciais, áreas de suporte e da Auditoria Interna.

3ª Linha: representada pela Auditoria Interna, e tem como objetivo fornecer opiniões independentes à Alta Administração sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

Na sequência estão relacionadas as estruturas organizacionais envolvidas na manutenção do sistema de controles internos da Companhia e suas responsabilidades:

GERÊNCIA DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

- i realizar a gestão das autoavaliações junto aos responsáveis dos controles;
- ii definir e comunicar o cronograma e a estratégia para revisão anual da Matriz de Riscos e Controles;
- iii garantir a atualização periódica dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
- iv avaliar a eficácia dos controles internos, por meio da estratégia definida previamente;
- v reportar deficiências de controle relevantes relacionados a cada instituição individualmente;
- vi identificar a necessidade de implantação de novos controles e/ou aprimoramento de controles existentes, quando novos riscos forem identificados ou quando derivarem deficiências significativas pela ausência e/ou insuficiência destes controles;
- vii acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias e órgãos reguladores, como também a implementação dos planos de ação para as deficiências de controle interno identificadas;

5.2 Descrição dos controles internos

- viii avaliar os planos de ação sinalizados pelas unidades comerciais ou áreas de suporte em relação ao atendimento dos objetivos de controles internos, mitigação dos riscos e prazos de implantação; e
- ix informar deficiências de controles internos à Diretoria e ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

UNIDADES COMERCIAIS/ÁREAS DE SUPORTE

- i. identificar a necessidade de mapear controles que possam mitigar riscos relacionados à performance/atividade do processo;
- ii. definir políticas e processos para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional inerentes às atividades do conglomerado e aos serviços terceirizados relevantes sob sua gestão;
- iii. autoavaliar os processos sob sua responsabilidade em período pré-determinado pela Área de Riscos e Controles Internos;
- iv. garantir a execução e manter a efetividade dos controles internos existentes conforme desenho e frequência informados, implantação de novos controles internos e o aprimoramento dos controles internos existentes;
- v. demonstrar a efetividade dos controles internos existentes em fase de testes; e
- vi. informar tempestivamente qualquer alteração na estrutura de controles internos mediante mudanças nos negócios (processos, pessoas, sistemas).

AUDITORIA INTERNA

- i. avaliar de forma independente a efetividade dos controles internos; e
- ii. recomendar a implantação de novos controles e/ou aprimoramento de controles existentes, quando novos riscos forem identificados ou quando derivarem deficiências significativas pela ausência e/ou insuficiência destes controles.

As unidades comerciais e áreas de suporte possuem responsabilidade primária para garantir a atualização da documentação dos processos de negócio sob sua responsabilidade sempre que houver alterações nas atividades de controle que possam comprometer o seu desenho, desempenho e a sua eficácia. Por fim, os temas de maior relevância são reportados ao Conselho de Administração, Comitês e outros fóruns de governança.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Os controles internos avaliados como ineficazes são discutidos com os responsáveis pela execução dos controles e gestor responsável para definição de plano de ação para implementação da melhoria. A equipe de Riscos e Controles Internos suporta a elaboração e acompanhamento da implementação dos planos de ação necessários para criar ou aprimorar os controles internos para mitigar os riscos. O andamento das implementações é reportado ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

Na sequência estão relacionadas as estruturas organizacionais envolvidas na supervisão do sistema de controles da Companhia. Todos os membros dos órgãos elencados abaixo são responsáveis pelo acompanhamento da eficiência dos controles internos da Companhia:

COMITÊ DE FINANÇAS, AUDITORIA E RISCOS

As atribuições e as responsabilidades conferidas ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos são as seguintes: (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; (vi) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; e (vii) outras competências estabelecidas no Regimento Interno do Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

DIRETORIA

A Diretoria da Companhia é responsável pelas seguintes ações: (i) garantir a divulgação, anualmente, em relatório de acesso público da estrutura e informações sobre risco de mercado; e (ii) manter a Área de Riscos e Controles Internos dotada de recursos técnicos, humanos e tecnológicos, de modo que os riscos de mercado associados sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados e controlados.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia é responsável por homologar as decisões tomadas pelo Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi auditado pela KPMG Auditores Independentes, que emitiu o relatório de recomendações dos auditores a respeito dos controles internos e apontou 1 (uma) deficiência significativa nos controles internos da Companhia.

Para a deficiência significativa identificada foram descritas as seguintes recomendações no relatório circunstanciado emitido pelo auditor independente:

Reconhecimento da Receita (*cut-off*) - Holding e Varejo Automotivo

A Companhia possui como parametrização do sistema, o reconhecimento das receitas no ato da emissão das notas fiscais (faturamento), o que em muitos casos não coincide com a data da transferência de controle dos bens aos clientes, no que se refere as vendas de veículos. Isso ocorre porque a entrega dos veículos aos clientes demanda determinado intervalo de tempo na preparação e, em alguns casos, na solicitação do veículo junto a fábrica. Desta forma, as datas de entrega (transferência de propriedade, risco e benefícios) não coincide com a data de emissão das notas fiscais.

5.2 Descrição dos controles internos

Considerando que todos os passos para reconhecimento da receita contábil não foram atingidos no momento do faturamento, o vendedor informa a data efetiva de entrega do veículo no sistema e é realizado o estorno do *cut-off*, reconhecendo a receita no período correto. Considerando que a inclusão no sistema ocorre manualmente, existe o risco de impacto no reconhecimento da receita no período correto.

A recomendação dos auditores externos foi que a Companhia melhore os controles de precisão dos apontamentos de datas de entrega, bem como a tempestividade da inclusão dessa informação no sistema para o devido reconhecimento da receita.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração tomou ciência a respeito da deficiência apontada no relatório de recomendações dos auditores acerca dos controles internos da Companhia, conforme descrito no item 5.2 “d” e, implementou políticas e procedimentos contendo as diretrizes relacionadas ao reconhecimento de receitas no Varejo Automotivo, bem como a definição de papéis e responsabilidades.

Além disso, as áreas de negócio, realizam reuniões periodicamente para alinhamento e manutenção dos requerimentos do CPC-47. Adicionalmente a Companhia se compromete a realizar treinamento específico referente ao CPC-47 para os colaboradores que atuam no Varejo Automotivo, contendo visão geral do pronunciamento, os principais aspectos do reconhecimento, mensuração e divulgação.

5.3 Programa de integridade

5.3 – Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A Companhia adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, que integram o seu programa de integridade.

A Companhia possui um Programa de Integridade e tem como pilares a prevenção e o monitoramento de atos ilegais, sendo a *prevenção* o conjunto de ações que tem por objetivo a mitigação de riscos empresariais e o *monitoramento* o conjunto de ações que tem por objetivo detectar possíveis falhas ou descumprimento das políticas.

No âmbito da prevenção, tem-se:

1. Envolvimento da alta administração da Companhia;
2. Código de Ética da Companhia (“Código de Ética”);
3. Avaliação de Fornecedores;
4. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo; e
5. Políticas de Governança Corporativa.

Já no âmbito do monitoramento, tem-se:

1. Canal de Denúncia da Companhia (“Canal de Denúncia”);
2. Lei Anticorrupção;
3. Treinamentos;
4. Medidas Anticorrupção; e
5. Monitoramento contínuo de transações.

(i) Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Referente aos códigos de boas práticas e ética corporativa e políticas internas, as revisões são periódicas conforme exigências dos órgãos reguladores, porém, independentemente dos prazos regulatórios, as políticas e manuais são revisados a cada dois anos, para adequação e formalização de novos processos que a Companhia julgue necessários.

A Companhia possui um Código de Ética (“Código de Ética”), aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 8 de abril de 2021, o qual se aplica à diretores, conselheiros (fiscais e de administração), superintendentes, gerentes e colaboradores das Empresas Rodobens. Tem por objetivo descrever quais são os princípios que regem os negócios e as atividades da Companhia e quais são as normas de conduta que deverão ser seguidas por seus colaboradores, fornecedores e intermediários. Nesse sentido, o documento endereça as principais diretrizes relativas ao relacionamento da Companhia e de seus Colaboradores com fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e eventuais associados, e prevê regras relacionadas a situações de conflito de interesses, ao oferecimento e recebimento de presentes, brindes ou outras hospitalidades, à proteção de informações sensíveis, aos contatos com a imprensa.

5.3 Programa de integridade

A exemplo das principais políticas relacionadas aos procedimentos de integridade, que a Companhia possui, temos:

- A Política de *Compliance* da Companhia (“Política de Compliance”), com a última versão aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2022. A Política de *Compliance* estabelece as diretrizes de implementação, avaliação, manutenção, análise crítica e melhoria da Gestão de *Compliance*, de forma a garantir a conformidade com leis e regulamentos de órgãos supervisores e a aderência às políticas e procedimentos internos e dissemina e fortalece a cultura de *Compliance* e de governança corporativa na organização.

(ii) As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente

A implementação, aplicação e monitoramento do cumprimento do Código de Ética são de responsabilidade do Comitê de Integridade e Conduta Ética da Companhia (“Comitê de Integridade”). Neste sentido, o Comitê de Integridade, órgão não estatutário e permanente, tem a função de apoiar o Conselho de Administração no cumprimento das obrigações da Companhia e de suas controladas, no acompanhamento de suas atividades, no tocante a disseminação de assuntos relacionados a integridade e conduta ética, assegurando o cumprimento e propondo ações visando ao atendimento ao Código de Ética e demais normas, internas e externas, relacionadas aos temas de integridade, incluindo o relacionamento com órgãos públicos, anticorrupção e outros.

O Comitê de Integridade é o órgão responsável por zelar pela observância do Código de Ética, revisado pela última vez em agosto de 2021. Além disso, é responsável por, entre outras medidas, recomendar as ações adicionais que entender necessárias e adequadas para investigação dos fatos e das informações objeto de denúncias feitas por meio do canal de denúncia ou por outros meios, de forma isenta e respeitando a integridade do denunciante e do denunciado. O Comitê de Integridade é composto por 4 (quatro) membros efetivos (mandato sem prazo determinado), nomeados pelo Conselho de Administração e indicados dentre as variadas áreas das empresas do Grupo Rodobens, sendo foi eleito um Coordenador para capitanear as ações do Comitê de Integridade.

A partir de setembro de 2022, foram abertas 4 (quatro) novas vagas para membros rotativos (com prazo do primeiro mandato de 6 meses), as quais foram ocupadas somente por mulheres, ação que reforça o projeto de diversidade e inclusão.

O Comitê de Integridade é responsável por deliberar sobre as sanções relacionadas a violações de condutas, práticas ou políticas das empresas do Grupo Rodobens por qualquer Colaborador. Essas sanções, dependendo da dimensão e da seriedade da regra violada, poderão ser previamente compartilhadas com a Diretoria da empresa onde atue o colaborador.

A criação do Comitê de Integridade e Conduta Ética foi formalmente aprovada em 20 de janeiro de 2021, pelo Conselho de Administração, em sede de Reunião do Conselho de Administração. O Comitê de Integridade se reporta ao Conselho de Administração. Não há mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes.

Compete ao Comitê de Integridade:

- estudar os temas de sua competência e elaborar propostas ao Conselho de Administração, zelar pela disseminação, observância e pelo cumprimento dos princípios de integridade e conduta ética definidos pela legislação aplicável, bem como pelas normas internas da Companhia por seu Código de Ética;

5.3 Programa de integridade

- acompanhar, em assessoria, as ocorrências que envolvam condutas éticas praticadas pelos colaboradores ou qualquer pessoa que se relacione com a Companhia, até sua completa solução;
- orientar a respeito de possíveis soluções para conflitos que não estejam previstos no Código de Ética vigente;
- monitorar, através dos relatórios de denúncias recebidas, a consistência das ações praticadas pelos administradores da Companhia em relação aos princípios estabelecidos pelo Código de Ética;
- propor ações relacionadas à Ética e Conduta e políticas relacionadas, bem como desenvolver estratégias que mantenham ou agreguem valor à imagem institucional da Companhia;
- reportar periodicamente ao Conselho de Administração as recomendações sobre itens de sua responsabilidade e as atividades praticadas pelo Comitê, sendo que Conselho de Administração será responsável pelas tomadas de decisão e orientações a serem seguidas;

Além das responsabilidades acima existem outras previstas no regimento interno, tão bem como Comitê de Integridade deve zelar pelos interesses da Companhia e de suas Controladas, no âmbito de suas atribuições.

As áreas de *compliance* e auditoria da Companhia atuam de forma a promover a disseminação e consolidação de uma cultura ética, bem como, prevenir e detectar tempestivamente quaisquer condutas que possam representar uma violação ao Código de Ética, às demais políticas e manuais da Companhia e/ou às leis e regulamentações vigentes aplicáveis às suas atividades, como, por exemplo, a Lei Anticorrupção Brasileira (Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013, conforme alterada).

As áreas de *compliance* e auditoria da Companhia foram formalmente aprovadas em 18 de abril de 2019 pelo Conselho Consultivo (órgão predecessor ao Conselho de Administração atual). A área de auditoria da Companhia se reporta ao Conselho de Administração e os mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes consideram as melhores práticas de mercado. Já a área de *compliance* da Companhia se reporta ao Diretor Presidente.

Compete ao Conselho de Administração:

- Assegurar a adequada gestão da política de compliance;
- Assegurar a efetividade e a continuidade da aplicação da política de compliance, fornecendo os meios necessários para o apropriado desempenho das atividades relacionadas à função de conformidade;
- Assegurar a comunicação da política de conformidade a todos os Colaboradores e prestadores de serviços terceirizados relevantes;
- Assegurar a disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da Companhia; e
- Garantir que medidas corretivas sejam tomadas quando falhas de conformidade forem identificadas.

Para informações acerca da criação formal do Conselho de Administração, a quem se reporta e os mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes, vide itens 7.1 até 7.8 deste Formulário de Referência.

Compete à área de Riscos e Controles Internos:

- Realizar a gestão das autoavaliações junto aos responsáveis dos controles;
- Definir e comunicar o cronograma e a estratégia para revisão anual da Matriz de Controles;

5.3 Programa de integridade

- Garantir a atualização periódica dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados;
- Avaliar o desenho e a eficácia dos controles internos, por meio da estratégia definida previamente;
- Reportar deficiências de controle relevantes relacionados a cada instituição individualmente;
- Identificar a necessidade de implantação de novos controles e/ou aprimoramento de controles existentes, quando novos riscos forem identificados ou quando derivarem deficiências significativas pela ausência e/ou insuficiência destes controles;
- Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias e órgãos reguladores, como também a implementação dos planos de ação para as deficiências de controle interno identificadas;
- Avaliar os planos de ação sinalizados pelas unidades comerciais ou áreas de suporte em relação ao atendimento dos objetivos de controles internos, mitigação dos riscos e prazos de implantação; e
- Reportar deficiências de controles internos à Diretoria e ao Comitê de Finanças, Auditoria e Riscos.

A área de Riscos e Controles Internos da Companhia foi formalmente aprovada em 18 de abril de 2019 pelo Conselho Consultivo (órgão predecessor ao Conselho de Administração atual). Esta se reporta ao Diretor Financeiro e não há mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes.

Compete à Área de *Compliance*:

- Atuar na interação entre as funções de gerenciamento da conformidade, de riscos, de controles internos e de auditoria;
- Promover, junto às áreas responsáveis, a definição das regras, processos e procedimentos para o cumprimento das diretrizes dispostas nos normativos internos da Companhia e a efetividade de sua implementação, inclusive promover a publicação de normativos internos visando a adequação e a conformidade;
- Reportar ao Conselho de Administração os riscos de compliance identificados e o status dos processos analisados no âmbito sistêmico;
- Organizar ações de conscientização e de capacitação em assuntos relacionados à conformidade no âmbito sistêmico;
- Monitorar a legislação e realizar acompanhamento junto às áreas para o eficaz atendimento aos órgãos reguladores;
- Acompanhar o processo de prevenção e monitoramento à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, com proposição de melhorias para o aperfeiçoamento dos controles e da detecção de casos suspeitos;
- Dar suporte e atendimento à Auditoria Interna e Externa, atuando como facilitador no desenvolvimento dos trabalhos;
- Apoiar a área de Riscos, a qual é responsável pela elaboração e revisão do Plano de Continuidade de Negócios e os respectivos testes;
- Verificar a aderência das normas aos processos e procedimentos, por meio de ações preventivas e corretivas;
- Revisar a cada dois anos a Política de Compliance, a estrutura e o modelo de gestão definidos para o monitoramento dos riscos;
- Verificar se metas e indicadores de Compliance foram atendidos;
- Suficiência dos recursos disponíveis para a Gestão de Compliance: recursos humanos, recursos para treinamento e comunicação, recursos financeiros, serviços especializados, etc.;
- Mudanças em questões externas e internas que sejam pertinentes para a Gestão de Compliance;
- Estar sempre analisando oportunidades de melhoria contínua.

5.3 Programa de integridade

- Alterações em processo de integridade e conformidade para assegurar a integração eficaz com as práticas e sistemas operacionais; e
- Áreas a serem monitoradas por histórico de não cumprimento.

A área de *Compliance* da Companhia foi formalmente aprovada em 18 de abril de 2019 pelo Conselho Consultivo (órgão predecessor ao Conselho de Administração atual). Esta área se reporta ao Diretor Financeiro e não há mecanismos de garantia de independência de seus dirigentes.

Compete às Diretorias e Gestores:

- Fornecer informações, dados e evidências sempre que solicitado pela Área de Compliance;
- Reportar à Área de Compliance os riscos de compliance identificados nos processos sob sua gestão;
- Responder os questionários de compliance e informar o status dos planos de ação dentro dos prazos estabelecidos;
- Disseminar entre a sua equipe a política e cultura de compliance;
- Manter pontos de controle adequados, de forma a mitigar os riscos envolvidos; e
- Informar a Área de Compliance quaisquer alterações nos processos para adequação dos normativos internos.

Não há mecanismos na Diretoria da Companhia de garantia de independência de seus dirigentes.

Compete a todos os Colaboradores:

- Executar as atividades em conformidade com as políticas e procedimentos descritos nos normativos internos e legislação em vigor;
- Seguir os padrões de conduta esperados pela organização, conforme disposto no Código de Ética;
- Informar ao respectivo Gestor ou a Área de Compliance - as ocorrências que envolvam deficiências ou não conformidades identificadas nos processos / produtos; e
- Tomar conhecimento e cumprir as determinações da política de Compliance.

(iii) Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- **Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética se aplica a todos os Diretores, Conselheiros (fiscais e de administração), superintendentes, gerentes e colaboradores das empresas do Grupo Rodobens. Ademais, espera-se o mesmo cumprimento por parte dos fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e eventuais associados.

- **As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Todos os acionistas da Companhia e Colaboradores devem cumprir as regras do Código de Ética em todas as circunstâncias. O Colaborador que violar uma conduta, prática ou política das empresas do Grupo Rodobens, ou que permita que outro Colaborador o faça, estará sujeito a:

- I - afastamento temporário até a conclusão de sindicância interna, inquérito policial ou processo administrativo ou judicial correspondente, se for o caso;
- II - ação disciplinar, inclusive dispensa por justa causa; e
- III - punição civil e criminal prevista em lei.

5.3 Programa de integridade

As sanções serão deliberadas pelo Comitê de Integridade, sendo que, conforme a dimensão e seriedade da regra violada, a decisão, ao critério do Comitê de Integridade, poderá ser previamente compartilhada com a diretoria da empresa do Grupo Rodobens onde atue o Colaborador. Contudo, o fato de o Comitê de Integridade apurar a denúncia não representará o reconhecimento automático de que houve a prática de conduta irregular por parte do Colaborador cujo ato tenha sido objeto de denúncia.

- **Órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética, parte integrante do Portal de Integridade da Companhia, foi devidamente analisado e aprovado pelos acionistas e diretores da Companhia, em 8 de abril de 2021, sendo divulgado aos colaboradores e público em geral.

O Código de Ética pode ser consultado na intranet da Companhia (Portal Integridade) ou no site institucional (<http://ri.rodobens.com.br/>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm/pt-br).

- b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

O Canal de Denúncia recebe os relatos de situações que possam transgredir o Código de Ética das Empresas Rodobens, é um mecanismo exclusivo da Companhia para uma comunicação segura e, se desejada, anônima, de condutas consideradas antiéticas ou que violem os padrões de conduta ou ainda denúncias de atos relacionados à corrupção e demais irregularidades previstas nas legislações vigentes, garantindo a liberdade de expressão e repudiando qualquer forma de retaliação, discriminação ou ação disciplinar aos denunciantes que levantarem preocupações ou relatos feitos de boa-fé.

Alinhado às melhores práticas de integridade e governança, o Canal de Denúncia está disponível a todo o público de relacionamento das empresas do Grupo Rodobens, interno e externo, e deverá ser reportada qualquer suspeita de conduta indevida ou atitude que não esteja de acordo com os valores e as políticas das empresas do Grupo Rodobens, por meio dos seguintes canais

Canais de acesso:

1. Intranet da Rodobens (Portal Integridade)
2. Site institucional: www.canaldedenuncia.com.br/empresasrodobens
3. Telefone 0800 591 2354
4. E-mail: rodobens@canaldedenuncia.com.br

- **Se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

Com o objetivo de potencializar a transparência do processo, as informações registradas no Canal de Denúncia são acolhidas por empresa terceira especializada e independente, assegurando sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela alta administração das empresas do Grupo Rodobens.

- **Se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias também pode ser acessado pelos Fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **Se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

5.3 Programa de integridade

Todas as comunicações feitas ao Canal de Denúncias serão confidenciais e poderão ser feitas de forma anônima, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias. Ressaltando que qualquer retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação ao Código de Ética, sujeita à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **Órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

Uma vez registrado, o relato é acolhido pela empresa terceira que analisa a procedência, veracidade e relevância das informações.

O Conselho de Administração da Companhia assegura que a apuração dos fatos e a atividade dos profissionais responsáveis do departamento de Auditoria Interna, tenham todas as condições necessárias para a avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles internos, gerenciamento de riscos e governança corporativa da instituição.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não houve casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais.

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. A Companhia possui mecanismos internos que estabelecem normas, diretrizes, alçadas de atuação e responsabilidades para a contratação com a administração pública, onde é considerado o regramento legal inerente ao assunto.

5.4 Alterações significativas

5.4 – Alterações significativas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, não houve alterações significativas nos principais riscos aos quais a Companhia está exposta e não há expectativa de aumento ou redução na exposição da Companhia a tais riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 – Outras informações relevantes – Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.4 deste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes